



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006184-18.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **NATALINO CARINI**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

NATALINO CARINI propôs ação de cobrança de indenização securitária (DPVAT) contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT-S.A.** Alega o autor, em síntese, que em 24/01/2014 houve acidente de trânsito no qual sofreu graves lesões, resultando a sua invalidez. Assevera, ainda, que foram realizados, em decorrência das lesões, procedimentos medicamentosos domiciliares, conforme laudo datado de 20/02/2014. Pleiteia o recebimento do valor legal máximo da indenização (R\$ 13.500,00).

Com a inicial foram encartados os documentos de fls.07/26.

Gratuidade concedida às fls 27/28.

A ré, citada (fl. 33/46), apresentou resposta na forma de contestação (fls.33/56). Preliminarmente, alegou falta de pressuposto processual devido à ausência da documentação necessária. No mérito, aduziu a ausência de nexo causal, a necessidade do exame pericial, e que o pagamento da indenização deve ser proporcional e se ater a lei.

Veio a réplica do autor (fls. 69/74).

A preliminar levantada foi afastada à fl. 75.

A Santa Casa de Misericórdia de São Carlos informou que houve



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atendimento médico ao autor (fl. 86/93).

Foi agendada a realização do exame pericial por duas vezes (fl. 100 e fl. 124), não sendo realizado devido a ausência do autor (fls 114 e fl. 135).

Alegações finais às fls. 143/147 e fls.148/152.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Trata-se de demanda em que o autor busca o recebimento de indenização de seguro DPVAT, frente o acidente e lesões que sofreu.

Compulsando os autos, observa-se que o sinistro ocorreu em 24 de janeiro de 2014. Nesta época, vigorava a Lei nº 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória nº 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei nº 11.945/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Referida lei disciplina a graduação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

A indenização para a hipótese de incapacitação permanente, conforme já estabelecido pela Súmula nº 474, do STJ, deve ser paga de modo proporcional, a depender da extensão da incapacitação: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

Assim, remanesce a controvérsia quanto à existência e a extensão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

da incapacitação do demandante.

Para a solução da questão foi designada perícia técnica médica.

Entretanto, o requerente não compareceu ao exame nas duas datas agendadas (fls. 114 e 135), apenas justificando a primeira ausência (fl. 118), tornando preclusa, pois, a prova.

Ora, não comprovada a pretensa incapacitação permanente, não faz jus o demandante ao pagamento de qualquer indenização.

Era ônus da parte autora provar o fato constitutivo de seu direito, o que não fez. Após as perícias agendadas, em sede de alegações finais (fls. 148/152), o autor sequer abordou sua ausência às perícias, se limitando a sustentar que a declaração de fisioterapeuta, juntada com a exordial, demonstra a incapacidade (fls. 21/23), com o que não se pode comungar, pois apenas demonstra a ocorrência de lesões na época dos fatos (e não sua incapacidade permanente), e não foi produzida sob o crivo do contraditório.

Portanto, o desate é de rigor.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sucumbente a parte autora, por força do princípio da causalidade, arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios ora fixados em R\$ 1.000,00 (artigo 20, §4º, do CPC), observada a lei nº 1060/50.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**